

TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº20180065 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES, CRIANÇAS E ADOLESCENTES E PESSOAS COM DEFICIENCIA(SEMAS) COM A EMPRESA J E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA-ME PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA.

O Município de LIMOEIRO DO NORTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Antonio Joaquim, 2121, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.891.674/0001-72, neste ato representado pelo Ordenador de Despesas da Secretaria da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES, CRIANÇAS E ADOLESCENTES E PESSOAS COM DEFICIENCIA(SEMAS) S.r.(a). MARIA ARIVAN DE HOLANDA LUCENA**, doravante denominado de **CONTRATANTE**, no final assinado, e do outro lado, **J E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA-ME**, com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará à Rua Djalma Petit Nº185- Bairro Alto da Balança- CEP:60.851-150 inscrita no CNPJ/MF nº 04.401.608/0001-89, representada pelo Sr. (a) **FRANCISCO JUNIOR ARAUJO**, inscrito (a) no CPF/MF n.º 322.882.393-87, no final assinada, doravante denominada de **CONTRATADA**, de acordo com a Pregão Presencial n.º 2017.1912-001SEMAS, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, sujeitando-se os Contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir pactuadas:

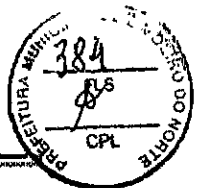
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Processo de Licitação, na modalidade Pregão, em conformidade com a Lei Federal Nº 8.666/93 - Lei das Licitações Públicas c/c os termos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 – Lei que Regulamenta o Pregão, devidamente homologado pelo (a) Sr. (a) Ordenador de Despesas acima citado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente **AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA COMPOR AS CESTAS BASICAS PARA DOAÇÃO JUNTO AO CENTRO DE REFERENCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DO MUNICIPIO DE LIMOEIRO DO NORTE - CE**, mediante **PREGÃO**, conforme Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 2017.1912-001SEMAS, no qual restou vencedora a Contratada, dos itens abaixo especificados:

LOTE	ITEM	UNID	QTD	VL. UNIT	VL. TOTAL
1	AÇUCAR CRISTAL FD C/30 KG	FD	80	R\$ 76,50	R\$ 6.120,00
2	ARROZ BRANCO TIPO 1 PCT DE 1KG	FD	80	R\$ 93,75	R\$ 7.500,00
3	BISCOITO SALGADO/DOCE DE 400G FARDO C/20 PACOTES	FD	120	R\$ 62,50	R\$ 7.500,00
4	CAFÉ EM PÓ A VACUO 250G CAIXA C/20	CX	60	R\$ 108,32	R\$ 6.499,20
5	FARINHA DE MANDIÓCA CLASSE AMARELA kg	FD	40	R\$ 125,00	R\$ 5.000,00
6	FEIJÃO CARIOQUINHA TIPO 1 FARDO C/30	FD	80	R\$ 131,25	R\$ 10.500,00
7	FLOCOS DE MILHO 500G FARDO C/30	FD	80	R\$ 50,00	R\$ 4.000,00
B	LEITE EM PÓ 200G FD C/50	FD	48	R\$ 218,75	R\$ 10.500,00
9	MACARRÃO ESPAGUETE 500G FARDO C/10	FD	120	R\$ 21,65	R\$ 2.598,00
10	ÓLEO de soja sem colesterol 900 ml CX C/20 UND	CX	60	R\$ 99,00	R\$ 5.940,00



11	SAL REFINADO PGT DE 1 KG	KG	40	R\$ 19,00	R\$ 760,00
12	SARDINHA 200G CX C/ 50	CX	24	R\$ 120,00	R\$ 2.880,00
VALOR TOTAL					R\$ 69.797,20

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1. O objeto contratual tem o valor de **R\$ 69.797,20 (sessenta e nove mil, setecentos e noventa e sete reais e vinte centavos)**, a ser pago até o 10º dia após a entrega, obedecido o constante no Preâmbulo do Edital de Pregão;

3.2. O valor do presente Contrato não será objeto de reajuste.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DOS LOCAIS DE ENTREGA

4.1. A entrega do PRODUTO deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos sistemas, recursos ou deslocamentos. Havendo necessidade de interrupção, esta deverá estar devidamente planejada e ser necessariamente aprovada pelo Ordenador de Despesa.

4.2. Serão de inteira responsabilidade do fornecedor a entrega do PRODUTO, conforme orientado ou especificado na ordem de compra, devendo este assegurar a integridade e qualidade do produto até seu local de destino.

4.3. Em nenhuma hipótese serão concedidas prorrogações de prazo.

4.4. Por ocasião da entrega do produto, o fornecedor deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal.

4.5. O produto que não atender às especificações do Edital e que forem recusados pelo servidor responsável pelo recebimento no momento da entrega deverá ser substituído pelo fornecedor no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento.

CLÁUSULA QUINTA - DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

5.1. O Contrato resultante da presente Licitação terá vigência a partir de sua assinatura, tendo validade até a entrega dos PRODUTOS, não podendo ultrapassar o prazo até 31 de Dezembro de 2018.

CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

6.1. O objeto da licitação será recebido pelo liquidante da respectiva Secretaria, mediante a apresentação dos respectivos recibos (em duas vias), fatura e nota fiscal, nos termos do Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

7.1. As despesas deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária: Nº **1005.08.122.0801.2.059**, cujo elemento de despesa é: **3.3.90.39.00**.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

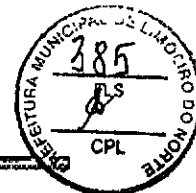
8.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o adimplemento da obrigação contratual, mediante apresentação de Atestado de recebimento definitivo, firmado pelo encarregado de recebê-las, na forma do Edital, acompanhado dos documentos hábeis de cobrança (NOTAS FISCAIS e RECIBOS) que deverão ser entregues na Sede da UNIDADES GESTORAS.

8.1. A Contratada por ocasião dos pagamentos ficará obrigada a apresentar todas as condições de habilitação no que tange a regularidade fiscal exigidas na Lei de Licitações, sob pena de retardar o processo de pagamento.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

9.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria

ESTADO DO CEARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE



autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

9.2 A Contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I – advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a. descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;
- b. outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II – multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

a) de **1%** (um por cento) sobre o valor contratual total, por dia de atraso na entrega do objeto ou indisponibilidade do mesmo, limitada a 10% do mesmo valor;

b) de **2%** (dois por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;

c) de **5%** (cinco por cento) do valor contratual total do exercício, pela recusa em corrigir qualquer serviço rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de LIMOEIRO DO NORTE por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9.3 No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 05 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do item 9.2 supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no inciso IV do mesmo item.

9.4 O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

9.5 As sanções previstas nos incisos III e IV do item 9.2 supra, poderão ser aplicadas às empresas que, em razão do contrato objeto desta licitação:

I – praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

II – demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;

III – sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

9.6 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 9.2 supra poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.7 A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de **5%** (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

9.8 As sanções previstas no item 9.7 supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não

vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. Este Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Contratante, por conveniência administrativa ou por infringência de qualquer das condições pactuadas.

10.2. O não cumprimento das disposições especificadas neste Contrato implicará automaticamente na quebra de Contrato, ensejando rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal Nº 8.666/93, reconhecidos desde já os direitos da Administração, com relação às normas contratuais e as previstas em Lei ou Regulamento dispostas no presente instrumento;

10.3. O presente Contrato é rescindível, ainda, independentemente de qualquer interpelação Judicial ou Extra-Judicial, nos casos de:

10.3.1. Omissão de pagamento pela Contratante;

10.3.2. Inadimplência de qualquer de suas cláusulas por qualquer uma das partes;

10.3.3. Acerto em comum acordo por iniciativa de uma das partes, mediante aviso por escrito com a antecedência definida no subitem anterior.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A contratante ficará obrigada à:

11.1- A CONTRATANTE se obriga a proporcionar ao (à) CONTRATADO (A) todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

11.2- Fiscalizar e acompanhar a entrega do objeto contratual;

11.3- Comunicar ao (à) CONTRATADO (A) toda e qualquer ocorrência relacionada com a entrega do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigirem providências corretivas;

11.4- Providenciar os pagamentos ao (à) CONTRATADO (A), à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pela UNIDADES GESTORAS, conforme o acordado.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada ficará obrigada à:

12.1- Entregar o objeto do Contrato, na Sede da UNIDADES GESTORAS, no município de LIMOEIRO DO NORTE - CE, de conformidade com as condições e prazos estabelecidos neste Pregão, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Compra, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

12.2- Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de HABILITAÇÃO e qualificação exigidas na licitação;

12.3- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, arcando com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratual;

12.4- Os pedidos de prorrogação de prazo de entrega serão dirigidos à PREGOEIRO, até 05(cinco) dias corridos, antes da data do término do prazo de entrega, explicitadas as razões e devidamente fundamentadas;

12.5- Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificado o prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceito pela UNIDADES GESTORAS, não serão considerados como inadimplemento contratual.

12.6- A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto nos incisos V do Art. 27 da Lei de Licitações e XXXIII do art. 7o da Constituição Federal. (Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999), figurar no pólo passivo de ações/reclamações trabalhistas eventualmente propostas por ocasião da aquisição, objeto do presente contrato, excluindo a CONTRATANTE de quaisquer obrigações de natureza trabalhista.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1 A CONTRATANTE reserva-se o direito de fiscalizar a entrega do produto, quando e da forma que julgar conveniente.

13.2 A fiscalização ou o acompanhamento da entrega do produto não exclui nem atenua a responsabilidade da CONTRATADA em relação aos danos provocados ou prejuízos experimentados pelo CONTRATANTE em decorrência deste Contrato.

13.3 A fiscalização e o recebimento dos materiais objetos deste contrato será designado pela Secretária de SAÚDE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Declaramas partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado;

14.2. Obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 Fica eleito o foro da Comarca de LIMOEIRO DO NORTE, para conhecimento das questões relacionadas com o presente Contrato que não forem resolvidos pelos meios administrativos.

E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condições retro-estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LIMOEIRO DO NORTE-Ce, 19 de Fevereiro de 2018.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

SOCIAL E DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA MULHERES, CRIANÇAS E
ADOLESCENTES E PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA (SEMAS)
CONTRATANTE



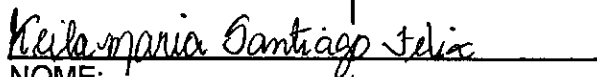
J E COMERCIO DE PRODUTOS
ALIMENTÍCIOS LTDA-ME
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:



NOME:

CPF: 042.075.343-50



NOME:

CPF: 814.698.963-20